



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Criminal e da Execução Penal

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

Cuiabá/MT, 01 de junho de 2022

Edição nº 3

Informativo Criminal



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

SUMÁRIO

- 1** Novidades Legislativas
- 2** Tribunais Superiores
- 3** Conselhos Nacionais
- 4** Atuação do Ministério Público de Estado de Mato Grosso e de Outros Ministérios Públicos
- 5** Atuação do Tribunal de Justiça de Estado de Mato Grosso e de Outros Tribunais de Justiça
- 6** Informativos
- 7** Artigos e Publicações
- 8** Cursos e Eventos

EQUIPE

Josane Fátima de Carvalho Guariente - Promotora de Justiça e Coordenadora

Arivaldo Guimarães da Costa Junior - Promotor de Justiça e Colaborador do CAO

Natacha de Souza Ayesh - Assistente Ministerial

Amanda Freire de Amorim - Auxiliar Ministerial

Patrycia Metelo Vecchiato - Auxiliar Ministerial

1

Novidades Legislativas

 PL 1104/2022 - Inclui, no rol dos crimes hediondos, os crimes equiparados ao de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido. [Clique aqui](#)

 PL 1165/2022 - Altera o artigo 1º da Lei 7.960 de 21 de dezembro de 1989 para inserir o crime de furto (art. 155) como passível de prisão temporária. [Clique aqui](#)

 PL 1036/2022 - Insere qualificadoras nos crimes previstos no art. 306 e no art. 311 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para punir mais gravemente quando houver resultado morte ou lesão corporal. [Clique aqui](#)

 PL 1169/2022 - Prevê o aumento da pena em casos de furto ou roubo de aparelho celular ou de dispositivo móvel. [Clique aqui](#)

 PL 1069/2022 - Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas do crime de maus-tratos aos animais; e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos. [Clique aqui](#)



Tribunais Superiores

Supremo Tribunal Federal



STF derruba norma federal que proibia prisão disciplinar de policiais e bombeiros militares. [Clique aqui](#)



STF mantém norma que exige autorização de desembargador para instauração de inquérito contra autoridades do AP. [Clique aqui](#)



Gilmar Mendes determina realização de mutirões para rever prisões de pais de crianças menores de 12 anos. [Clique aqui](#)



STF extingue ação contra homem que furtou dois vidros de shampoo. [Clique aqui](#)

Superior Tribunal de Justiça



Era uma vez um crime: as principais discussões sobre a abolição criminis no STJ. [Clique aqui](#)



Repetitivo vai definir condições para aumento de pena no furto cometido durante a noite. [Clique aqui](#)



STJ: não há direito subjetivo ao acordo de não persecução penal. [Clique aqui](#)





STJ: não cabe análise de desproporção entre cautelar e pena em HC. [Clique aqui](#)



Motorista que não acata ordem de parada da polícia comete crime, define Terceira Seção em repetitivo. [Clique aqui](#)



STJ e Polícia Federal firmam acordo para capacitação de servidores em segurança pública. [Clique aqui](#)



Ameaçar a vítima diante de filho menor pode justificar avaliação negativa da culpabilidade e aumento da pena. [Clique aqui](#)



STJ: trancamento de inquérito via HC é medida excepcional. [Clique aqui](#)



STJ: a posse de arma de fogo pode afastar o tráfico privilegiado. [Clique aqui](#)



Existência de homônimo acusado de crime permite mudar registro civil, diz STJ. [Clique aqui](#)



Teoria do juízo aparente pode ratificar medidas cautelares adotadas em inquérito policial. [Clique aqui](#)



Lei 14.555/2021 só alterou competência para julgamento de estelionato em casos específicos. [Clique aqui](#)





Conselhos Nacionais

Conselho Nacional do Ministério Público



Presidência propõe que o tema dos direitos das vítimas seja incluído em concursos, cursos de formação e de vitaliciamento do Ministério Público. [Clique aqui](#)



Comissão de Enfrentamento da Corrupção e MP/RJ promovem capacitação de combate à lavagem de dinheiro. [Clique aqui](#)



Augusto Aras anuncia a data do lançamento da campanha a favor dos direitos das vítimas. [Clique aqui](#)



CNMP participa de reunião que trata do cumprimento da Convenção das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. [Clique aqui](#)

Conselho Nacional de Justiça



Justiça se aproxima de povos tradicionais para ouvir crianças em casos de violências. [Clique aqui](#)



Evento promove intercâmbio sobre modelos de dosimetria no Brasil e no exterior. [Clique aqui](#)



Capacitação aprimora atendimento do Judiciário a vítimas do tráfico de pessoas. [Clique aqui](#)



4

Atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso



MPMT adere a campanha virtual para romper silêncio da violência sexual. [Clique aqui](#)



Réu é condenado pela terceira vez por homicídio qualificado. [Clique aqui](#)



Penas aplicadas a autores de chacina em VG totalizam 294 anos de prisão. [Clique aqui](#)



Réu é condenado pela terceira vez por homicídio qualificado. [Clique aqui](#)



Réu é condenado a mais de 40 anos de prisão por estupro e feminicídio. [Clique aqui](#)





Atuação de Outros Ministérios Públicos

Ministério Público do Estado do Acre

 MPAC participa de reunião do Comitê de Políticas Penais do Acre. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Alagoas

 MPAL adere a campanha de combate à violência sexual infanto-juvenil e mobiliza prefeitos a adotarem estratégias de enfrentamento ao crime. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Amapá

 Cumprimento de ANPP: Promotoria de Oiapoque faz doação de computador para auxiliar no trabalho de perícia criminal. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Amazonas

 MPAM e Comitê Amazonas de Combate à Corrupção renovam parceria para eleições 2022. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado da Bahia

 Webinário aborda reconhecimento de pessoas como meio de prova penal. [Clique aqui](#)





Ministério Público do Estado do Ceará

 MPCE realiza palestra sobre Cadeia de Custódia e demais sistemas de investigação. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Distrito Federal e Territórios

 Nupri e Instituto Ação Pela Paz debatem sobre desafios do sistema prisional. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Espírito Santo

 Cael promove 4º encontro para discutir direito penal eleitoral. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Goiás

 Diálogos com o MPMGO: Desafios para as instituições e a sociedade no enfrentamento à corrupção são destacados por palestrantes em webinar. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Amapá

 Ação do MP-AP: Lei para implementação do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas no Amapá é aprovada na ALAP e vai para sanção do governador. [Clique aqui](#)





Ministério Público do Estado de Minas Gerais

 Gaeco Zona da Mata deflagra segunda fase de operação para apurar crimes no sistema prisional. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado da Paraíba

 CGMP e PGJ discutem aprimoramento da atuação com promotores criminais. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Pernambuco

 Olinda: Audiência pública discutirá políticas de proteção a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

 MPRS identifica quase 1 tonelada de alimentos impróprios para o consumo em presídios das regiões noroeste e missões. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Rondônia

 Integrante do MPRO apresenta artigo durante a 5ª Conferência Academia contra a Corrupção nas Américas. [Clique aqui](#)





Ministério Público do Estado de Roraima

 PGJ de Roraima participa de debate sobre segurança pública com Ministro da Justiça. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Santa Catarina

 SC adere ao programa federal que protege crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de crimes violentos. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de São Paulo

 Em seminário na OAB, Sarrubbo define ANPP como avanço para Justiça criminal. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Sergipe

 Segurança Institucional - MPSE capacita segunda turma de membros e agentes de segurança no curso de "Sobrevivência Policial". [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Tocantins

 MPTO promove ação de divulgação dos serviços do núcleo de atendimento às vítimas de violência em delegacias. [Clique aqui](#)



5

Atuação dos Tribunais de Justiça

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

 Federação dos Conselhos da Comunidade de Mato Grosso elegeu corpo diretivo nesta sexta. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

 Podcast: Lei permite que mulheres com filhos pequenos tenham prisão domiciliar. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

 Maio Laranja: Corregedoria lança vídeo para incentivar denúncias de abuso sexual infantil. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

 Capacitação promovida pelo CNJ aprimora atendimento do Judiciário a vítimas do tráfico de pessoas. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

 Reunião entre o PJBA e o MPBA discutem ações estratégicas em segurança pública. [Clique aqui](#)



Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

 Justiça estadual vai instalar mais dois Núcleos Regionais de Custódia ainda neste mês de maio. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

 Podcast do TJDFT aborda mitos e verdades sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

 Vara de Execuções Penais estende prazo de prisão domiciliar. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado Do Acre

 Acre adere ação nacional para garantir biometria e documentação às pessoas custodiadas. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

 Parceria marca início de trabalho de prevenção à violência contra a mulher, crianças e adolescentes em Ribas do Rio Pardo. [Clique aqui](#)





Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais



TJMG divulga estudo inédito sobre uso de tornozeleiras em Minas Gerais. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual disponibiliza formulários para denúncias. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba



Pleno do TJPB aprova criação de Vara Criminal para julgamento de Organizações Criminosas. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco



Presidente e secretário debatem políticas de prevenção contra violência. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí



Vítimas de Crimes e Atos Infracionais terão atendimento especializado no TJ-PI. [Clique aqui](#)





Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia



Plano de gestão do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas é discutido em reunião de trabalho. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Roraima



Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário realiza entrega de kits de higiene na Cadeia Feminina. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina



Juiz-corregedor participa de capacitação para a escuta de vítimas do tráfico de pessoas. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe



Coordenadora da Mulher fala sobre criação da Patrulha Maria da Penha e grupos reflexivos em Estância. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



Cadicrim lança nova edição do Repertório de Jurisprudência. [Repertório de Jurisprudência.](#)





Informativos

INFORMATIVO 736



DIREITO PROCESSUAL PENAL, EXECUÇÃO PENAL

Condenação por pena privativa de liberdade no curso da execução de pena restritiva de direitos.

O art. 44, § 5º, do Código Penal trata de hipótese de conversão facultativa da pena alternativa, ao dispor que "sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior".

Já a Lei de Execuções Penais prevê no art. 181 a hipótese de conversão das penas de prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de semana em pena corporal, quando o condenado sofrer condenação "por outro crime à pena privativa de liberdade, cuja execução não tenha sido suspensa".

Ou seja, a legislação prevê que a conversão será possível quando o apenado em cumprimento de pena restritiva de direitos vem a ser condenado à pena privativa de liberdade.

- REsp 1.918.287-MG, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Rel. Acd. Min. Laurita Vaz, Terceira Seção, por maioria.
- [*Acesso o informativo completo clicando aqui*](#)

STJ

INFORMATIVO 736

DIREITO PROCESSUAL PENAL

No crime de estelionato, não identificadas as hipóteses descritas no § 4º do art. 70 do CPP, a competência deve ser fixada no local onde o agente delituoso obteve, mediante fraude, em benefício próprio e de terceiros, os serviços custeados pela vítima.

No caso dos autos, um ex-funcionário da empresa vítima, atuante no ramo de turismo, em associação com os outros dois agentes delituosos, teriam simulado contratos de parcerias com empresas terceiras, com a intenção de obter para si vantagens ilícitas, a saber: passagens aéreas e reserva de veículos e hotéis. De acordo com inquérito policial, o estelionatário fazia uso próprio de tais passagens, bem como as repassava para terceiros, obtendo o proveito do crime. A empresa vítima possui sede em Brasília/DF, contudo o ex-funcionário apontado como estelionatário trabalhava como representante comercial na filial localizada no município de São Paulo, onde os golpes teriam sido praticados em conluio com outros dois agentes, também residentes em municípios localizados no Estado de São Paulo.

- CC 185.983-DF, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, Terceira Seção.
- [***Acesso o informativo completo clicando aqui***](#)

7

Artigos e Publicações



Introdução ao instituto da custódia prisional.

Autor: Augusto César

O instituto prisional remonta a tempos imemoriais, objetivando-se pela restrição da liberdade de indivíduos que desobedeceram às leis de um determinado meio social. Um dos primeiros registros deste famigerado instituto está documentado nas Escrituras Sagradas, no livro de Levítico, que divide os delitos entre espirituais e materiais, e as penas entre as proporções de cada delito em si.

As sanções variavam, exemplificativamente, entre a perda de posse de bens, o exílio temporário, o degredo perpétuo até a pena capital. Vislumbra-se que o Direito Hebraico influenciou muito na aplicação formal do Direito Penal e Processual Penal, na confecção dos códigos, dos dispositivos preceituais e na elaboração das penas, ditas atualmente como preceito secundário legislativo-penal.

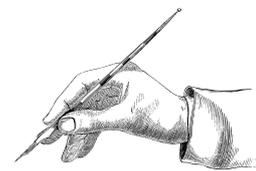
Esse pano de fundo histórico revela a clara aplicação do provérbio jurídico “Ub societas ibi juris”, quer seja “Donde está a sociedade, encontra-se o Direito”, porquanto, com o desiderato dos séculos, a ótica do Direito Processual Penal foi modificando-se, de acordo com o avanço dos direitos e das garantias intrínsecas à pessoa.

- [Leia o artigo completo clicando aqui](#)



7

Artigos e Publicações



Violência Institucional (Lei 14.321/22)

Autor: Eduardo Luiz Santos Cabette

A Lei 14.321/22 inclui na Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/19) o artigo 15 - A com “nomen juris” de “Violência Institucional”.

Criminaliza-se, em suma, a chamada “vitimização secundária”, que provém das respostas inadequadas formais e informais obtidas pela vítima, as quais acabam produzindo novos danos para além daquele já sofrido com a prática criminosa.

Como bem aduz Moraes, diversamente dos demais tipos penais da Lei de Abuso de Autoridade, o artigo 15 - A não se dirige à proteção de investigados ou réus contra eventuais arbítrios estatais, mas volta-se para a tutela dos interesses de vítimas e testemunhas.

A legislação parece dividir o sujeito passivo em duas categorias, a saber: a “vítima de infração penal” (significando que poderá ser vítima de crimes violentos ou não e até de contravenções) e a “testemunha de crimes violentos” (designando uma restrição que se refere apenas às testemunhas de crimes violentos, o que afasta eventuais testemunhas de contravenções penais e de crimes não violentos da proteção legal).

- [Leia o artigo completo clicando aqui](#)





Publicação



O presente guia é fruto do vasto estudo realizado pelo Grupo de Trabalho (GT) constituído para tal fim, o qual considerou as normas nacionais já existentes sobre o tema, o Projeto de Lei nº 65/2016, em tramitação no Senado Federal, que cria o Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes e altera o Código de Processo Penal, as normas internacionais que estabelecem direitos às vítimas de criminalidade e, sobretudo, considera as iniciativas e boas práticas já existentes no Ministério Público brasileiro a respeito da proteção, amparo e atendimento às vítimas.

Além disso, objetivando atender às situações de vítimas desamparadas, o mesmo GT elaborou e apresentou modelo de projetos de Lei, um criando o Fundo Nacional de Reparação às Vítimas de Crimes e outro criando Fundos Estaduais, remetido aos Procuradores-Gerais de Justiça.

- [Tenha acesso à coletânea clicando aqui](#)





Publicação

RSC
ONLINE

AULA GRATUITA DE ATUALIZAÇÃO

NOVA LEI 14.344/22 (HENRY BOREL): ASPECTOS CRIMINAIS

DIA 28/05 (SÁBADO) ÀS 9h
YOUTUBE ROGÉRIO SANCHES CUNHA

ROGÉRIO SANCHES
PROMOTOR DE JUSTIÇA
COORDENADOR DO RSC ONLINE

Nessa aula, o professor Rogério Sanches faz uma análise sobre os aspectos criminais da nova Lei 14.344/22 (Lei Henry Borel).

A nova legislação alterou o Código Penal, a Lei de Execuções Penais, o Estatuto da Criança e do Adolescente e também a Lei dos Crimes Hediondos.

Segue a ementa: Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.

- [Tenha acesso à aula clicando aqui.](#)





Cursos e Eventos



Atuação do MP na proteção das vítimas

Buscando promover a formação continuada dos integrantes do Ministério Público brasileiro na temática de atenção, acolhimento, assistência e promoção dos direitos das vítimas em geral, a Escola Superior do Ministério Público (ESMP) realizará o curso de extensão Atuação do Ministério Público na proteção das vítimas. Serão 15 (quinze) encontros, a serem realizados a partir de 09 de junho de 2022, quase todas as quintas, das 9h às 11h30, totalizando a carga horária de 38 horas.

- [Clique aqui para realizar a sua inscrição](#)



Cursos e Eventos



Evento da Procuradoria Especializada Criminal 12 e 13 de maio

O Encontro Anual da Procuradoria de Justiça Especializada Criminal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso ocorreu presencialmente nos dias 12 e 13 de maio, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em Cuiabá. Destinado a membros e servidores da instituição, o evento promoveu o aprimoramento da atuação, o intercâmbio de conhecimento, propondo reflexões sobre direitos humanos e proteção integral às vítimas. O encontro foi realizado com apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) – Escola Institucional do MPMT.

- [Clique aqui para saber mais](#)



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

